

**ACTA N.º 5**  
**MANDATO 2009/2013**

Aos seis dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da Acta da reunião do dia 2010-02-08; -----
2. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----
  - 2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano do SMAES, para o ano 2010; ----
  - 2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano 2010; -----
  - 2.3 Mapa de Pessoal, para o ano 2010; -----
  - 2.4 Contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de €750.000,00; -----

3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----  
Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado Vale, Arnaldo Pinto Soares, Luísa Maria Correia de Oliveira, José Joaquim da Silva Miranda, Maria José Baptista de Moura Azevedo e José Pedro Paupério Martins Panzina. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Orlando Gaspar Rodrigues, Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa, Ana Maria Martins Rodrigues, José Joaquim Moutinho Araújo, Ilídio José Teixeira Lobão, tendo sido substituídos, respectivamente, por Paulo da Rocha Gomes, Catarina Maria Moreira Neves Loba, António Joaquim Martins da Silva, António Alberto Alves da Sousa, Josué Lima Morais. -----

Verificou-se a substituição ao abrigo do art.º 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro António Fernando Correia Monteiro, tendo sido substituído pelo Membro Eliseu Filipe Pinto Lopes. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Senhores Deputados. -----

**Para o Ponto 1 Antes da Ordem de Trabalhos** o Senhor **Presidente da**

**Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu a palavra aos Múncipes presentes que pretendessem intervir. -----

Apenas se inscreveu o Senhor **Múncipe Celestino Neves** que fez a sua intervenção entregando à Mesa, de seguida, um documento escrito que se anexa à presente acta como **Doc.1**. -----

**Para o Ponto 2 deste período** o Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Carlos Manuel da Rocha Mota** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como **Doc.2**.

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc3**. ----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PS Catarina Maria Moreira das Neves Lobo** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.4**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, começou por dizer que na Rua de S. Vicente, Alfena, EN 105, junto à ponte de Cabeda, em cima da curva, devido ao último temporal a berma da estrada ficou com sinais evidentes, de uma possível derrocada. -----

Disse ainda que numa reunião que teve com a Vereação da CMV, ao abrigo do Direito de Oposição foi dito, em relação à Rua Central da Fervença, que era quase impossível fazer uma intervenção de fundo, tendo em conta que não existem alternativas à Rua Central que dá acesso à Central Eléctrica de Recarei e ao SPC, em Campo-----

No entanto chamava novamente à atenção já que, embora não sendo possível a tal intervenção de fundo, não se pode esquecer que em certos sítios da Rua em questão algo tem que ser feito -----

De seguida disse que em 23 de Abril requereu à Câmara informações sobre o abate de árvores na Antiga Feira de Ermesinde e, em particular: quem decidiu o abate das árvores; o fornecimento dos pareceres técnicos pedidos pela Câmara para justificar tal abate; cópia da acta da reunião do Executivo Camarário em que foi decidida a suspensão do abate e ainda, cópia da acta da reunião do Executivo em que foi decidido autorizar o abate efectuado. ----

Embora a resposta a fornecer pela Câmara esteja dentro dos prazos legais, solicitava se poderiam fornecer alguma informação relativamente ao requerimento. -----

Passou à leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como **Doc.5**. – Terminou, informando que hoje, pela manhã, com 84 anos de idade, morreu o cidadão Adão Marques da Silva, de Campo -Valongo. -----

Salientou que este múncipe foi um cidadão empenhado na vida activa do seu Concelho, através das organizações da sua classe; fez parte de diversas comissões nomeadas pela Assembleia Municipal sendo um Homem firme na defesa das suas ideias. -----

Ao informar esta Assembleia pretendeu sobretudo prestar a sua homenagem

ao cidadão Adão Serra, um velho militante comunista. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar Cristiano Roberto Bento Ribeiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.6.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Luís Miguel Mendes Ramalho** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.7.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.8.** -----

De seguida fez a leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como **Doc.9.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar António Jorge Duarte do Aido**, começou por dizer que foram sensibilizados para o abate de árvores, para a questão da auto-estrada, bem como para muitas outras coisas que, no fundo, têm a ver com as acessibilidades. -----

Disse que gostaria de sensibilizar também os Deputados da Assembleia Municipal e todo o público que lá chega, para todos aqueles (as) que não conseguem chegar, que muitas vezes apelidam de deficientes. -----

Existem Leis, que deviam estar a ser cumpridas relevando, uma de 97 e outra de 2006, que obrigam o Governo e as Autarquias, ao licenciamento e promoção das acessibilidades para deficientes. -----

Efectivamente, basta ver que à saída desta Câmara Municipal de Valongo e para se atravessar em direcção ao parque de estacionamento existe uma passadeira sem acessos para quem não se pode locomover normalmente obrigando-os a dar uma volta, não sabe por onde, ou ficar do lado de cá, pois não conseguem chegar ao parque. Esta situação, a seu ver, verifica-se em vários locais e freguesias do Concelho. -----

Em Ermesinde, no final do Túnel da Costa, não podem circular deficientes que precisem ou queiram ir aos Serviços da CMV, porque as placas de estacionamento, árvores, reclames, sinalização dos Serviços, que colocaram no exíguo passeio (contrário às Leis e construído após a Lei que obriga as Câmaras a fazer acessos para deficientes) dificultam a mobilidade dos mesmos. -----

Disse ainda, para concluir, que mais de 60% da população mundial sofre de alguma deficiência e, se deixarmos que a falta de acessibilidades aconteça todos somos responsáveis. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que relativamente às inundações verificadas, em Dezembro último, se esteve perante uma situação completamente anormal. -----

Não só em Ermesinde, como em muitos outros locais do País, a quantidade de chuva que caiu, por vezes, em tão pouco espaço de tempo foi um factor completamente anormal, sendo quase impossível em tais circunstâncias prever ou resolver, com eficácia, todas as situações consequentes. -----

Disse que estiveram no terreno, de imediato, tentando minimizar os problemas que se repetiram mas que, quem esteve no local viu que havia uma inundação e, passado pouco tempo as águas das chuvas torrenciais desapareciam. -----

Disse de seguida que na sequência de iniciativas tomadas há o comprometimento perante a Câmara, de até ao final deste mês, serem apresentados um estudo e um plano de intervenção, onde serão propostas algumas obras que conta serem possíveis de efectuar ainda este ano. -----

Relativamente ao problema existente na Rua de S. Vicente, agradeceu a chamada de atenção, e informou que irão ver e tomar as medidas necessárias para resolver o problema. Lembrou ao Sr. Deputado que se o assunto é assim grave já podia ter alertado pois na CMV estão sempre disponíveis para atender este e outro tipo de situações de emergência. -----

Quanto à Rua Central da Fervença, tem a noção dos reais problemas lá existentes. Disse que continuarão a tentar minimiza-los, mas, tal como já se concluiu em conversa havida com Sr.Deputado, só depois de terem o acesso à A41,e a Via Distribuidora em funcionamento, é que podem fazer uma intervenção de fundo. -----

Sobre o abate das árvores, está tudo bem claro: - É um espaço da Junta de Freguesia, para onde a Câmara tinha um projecto de intervenção. A Junta de Freguesia de Ermesinde, propôs alterações ao projecto inicial. -----

Tal projecto, para o Largo da Antiga Feira, implicava o abate de mais arvores do que aquelas que o projecto inicial previa. -----

Havia portanto o aval para o abate de um determinado conjunto de árvores, mas a Junta de Freguesia entendeu e, porque é proprietária do espaço, que o projecto que pretendia era valorizante e propôs a execução do mesmo, assumindo que o abate das árvores valoriza toda aquela zona e permite criar infra-estruturas que beneficiam o próprio local e as acessibilidades, nomeadamente ao Centro Social. -----

Disse, ainda que a Junta de Freguesia se comprometeu a plantar, em diversos locais da Freguesia, o dobro das árvores abatidas. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, disse que relativamente à questão que colocou sobre Alfena é prática da CDU, " sempre que se vai realizar uma Assembleia fazer um levantamento dos problemas existentes". Ora, sendo ele o único representante da CDU na Assembleia Municipal, não tem conhecimento de todos os problemas existentes. Daí a sua menção quando tem conhecimento dos mesmos. -----

Em relação à questão das árvores gostava que ficasse claro que a resposta dada aqui não pode invalidar uma resposta a dar, por escrito, em relação ao requerimento já feito -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação, a Admissão dos seguintes documentos: -----

- **Doc.2** – Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD; -----

- **Doc.5** – Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU; -----

- **Doc.8** – Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS; -----

- **Doc.9** – Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

Estes quatro documentos foram Admitidos por unanimidade. -----

De seguida, colocou à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa á presente acta como **Doc.5**, e não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e Aprovada por Maioria verificando-se a seguinte votação: -----

- **Votos a favor:** 31 votos a favor, sendo: 10 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 10 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos a favor do grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE, 1 voto a favor do grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Rogério Henrique Palhau. -----

**Votos Contra:** 1 voto contra do Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Ribeiro. -----

Seguidamente foi colocada à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD e anexa à presente acta como **Doc.2**, e não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e Aprovada por Maioria verificando-se a seguinte votação: -----

- **Votos a favor:** 31 votos a favor, sendo: 10 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos a favor do grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE, 1 voto a favor do grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

- **Abstenções:** 1 abstenção do Grupo Municipal do BE.-----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“O Partido Socialista associou-se à Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, porque obviamente também concordamos que a A41 é uma via estruturante. -----

No entanto e, por isso mesmo, esperamos a mesma atitude em relação às nossas propostas por ser um bom princípio democrático. -----

Mas, em relação à A41 é bom que se diga o seguinte: -----

Não está em causa a importância em relação à A41, mas temos que conhecer o processo todo, desde a sua origem. E este processo não nasce agora com a questão da saída para Campo, ou Sobrado. O processo já vem detrás, do Nó do Lombelho que nunca chegou a ser construído. -----

Estava previsto inicialmente, foi esquecido na concessão, no contrato de concessão, sendo Ministro o Eng. Valente de Oliveira e Secretário, Jorge Costa, de Gondomar. Houve silêncio dos Autarcas e da Câmara, na altura! ---

O processo avançou, a Câmara Municipal não aprendendo com o primeiro processo, (não entendemos muito bem se foi por acaso, ou não, que esqueceram o Nó do Lombelho), o certo é que chegando a uma fase e um

troço mais à frente, esquecem-se outra vez das saídas para Campo, ou para Sobrado. -----

Portanto, não colhe, e ninguém acredita, que a Câmara Municipal não é dona do seu território. Alguém andou distraído e estas questões têm que ser ditas. Na declaração, votamos favoravelmente, viabilizando a Moção, mas temos que dizer a verdade. “Alguém tem que dar uma explicação à população, isto custa muito dinheiro, e não sabemos como é que vai ser resolvido”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como **Doc.8**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha**, disse que relativamente à Proposta em discussão gostariam de propor a votação, ponto a ponto, dos itens dispositivos da Proposta. -----

Assim como, relativamente ao ponto **5**, por uma questão de possibilidade de efectivação daquilo que é solicitado, onde se pede uma informação mensal sobre a monitorização da execução do Orçamento e do Plano, propôs que a monitorização mensal passasse para semestral, o que pode condicionar o sentido de voto do PSD. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação, ponto por ponto, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como **Doc.8**, com as alterações solicitadas, tendo-se verificado a seguinte votação: -----

“**1. A Câmara Municipal de Valongo deverá tornar públicas todas as suas reuniões, apesar da Lei não obrigar a tal**”. -----

- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU;

- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

“**2. A Câmara Municipal de Valongo deverá iniciar com celeridade, no decorrer do corrente ano, a prática da prestação de contas, freguesia a freguesia, através de sessões públicas abertas a toda a população, com o objectivo de justificar as suas opções de alocação dos recursos públicos no ano anterior**.” -----

- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU;

- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

“**3. A Câmara Municipal de Valongo deverá disponibilizar à população, no decorrer do presente ano, designadamente através do seu sítio na internet, informações pormenorizadas sobre todas as dívidas a curto, médio e longo**”

*prazo, bem como créditos da autarquia.” -----*

- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU;

- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

*“4. A Câmara Municipal de Valongo deverá disponibilizar à população, no decorrer do presente ano, designadamente através do seu sítio na internet, todas as informações relativas a vencimentos dos titulares de cargos políticos, incluindo ajudas de custo, despesas de representação, senhas de presença, entre outras.” -----*

- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU;

- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

*“5. A Câmara Municipal de Valongo deverá disponibilizar, no decorrer do presente ano, designadamente através do seu sítio na internet, informação semestral sobre a monitorização da execução do Orçamento e do Plano.” ---*

- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU;

- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a inclusão na Ordem de Trabalhos a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como **Doc.9**, tendo sido Aprovado por unanimidade a sua inclusão, sendo colocada de seguida à discussão. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como **Doc.10**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à Comissão há um direito que têm e não abdicam dele: “serem esclarecidos”. -----

Aliás, a Câmara e o Senhor Presidente da Câmara, deviam ser os principais interessados em esclarecer tudo, porque essa é a boa prática. -----

Quanto à Comissão criada no ano passado sabe-se que teve quatro reuniões, das quais foi elaborado um relatório e do qual constava o seguinte:

«O Senhor Presidente da Câmara opôs-se a que o Responsável pela fiscalização prestasse informações e disse que seria o Vereador, Eng.º Mário

Duarte a fazê-lo. Todavia, este Vereador, informou que não estava habilitado a prestar quaisquer informações, para além de não ser matéria do seu Pelouro e, por isso, não compareceu perante a Comissão. -----  
Relativamente ao pedido efectuado à empresa Parques VE no ofício (ANEXO V), esta informou, telefonicamente, que não era possível facultar os dados, uma vez que o Balanço e Demonstração de Resultados de 2008, só no mês de Junho estariam disponíveis. -----  
No entanto a empresa Parques VE, também, não enviou os outros dados solicitados no ofício (ANEXO V): -----  
Analisando e reflectindo sobre os dados recebidos pela Câmara concluímos que estes era escassos e não nos possibilitavam a elaboração de um relatório detalhado sobre o Funcionamento do Contrato de Concessão do Parqueamento no Município de Valongo, designadamente uma Avaliação do Custo Benefício.» -----  
Disse, de seguida, que se isso fosse numa Câmara de maior dimensão, ou noutro plano, caía o Carmo e a Trindade. O Sr. Presidente de Câmara não informa? Uma empresa que tem uma concessão, que foi atribuída por esta Assembleia Municipal, não informa? -----  
Portanto, até podem chegar à conclusão que não há nada negativo, mas querem poder chegar a essa conclusão. -----  
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que a empresa em causa até vai pôr uma acção em Tribunal contra a Câmara, porque se considera altamente prejudicada, dizendo que não tem rendimentos suficientes e que os prejuízos são grandes resultantes do acordo que fez e da concessão que tem. -----  
Em relação à questão de ter dito que não respondiam, não é verdade. Disse, isso sim, que respondiam por escrito. Foi essa a declaração que fez, e fê-la também por escrito, antes de endossar para o Eng.º Mário Duarte. -----  
O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, anexa à presente acta como **Doc.9**, sendo Aprovada por Maioria, verificando-se a seguinte votação: -----  
- **Votos a favor:** 19 votos a favor, sendo: 11 votos a favor do Grupo Municipal do PS, 6 votos a favor do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto a favor do Grupo Municipal do BE e 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU; -----  
- **Abstenções:** 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----  
De seguida colocou à discussão o **Ponto 1 - Ordem de Trabalhos**. -----  
“Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-02-08”, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e Aprovado por Maioria, com: 26 votos a favor e 6 abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----



Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano do SMAES, para o ano 2010, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e Aprovado por Maioria, com: -----

- **Votos a Favor:** 14 votos a favor, sendo: 10 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 2 votos a favor do Grupo Municipal CDS, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU e 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

- **Abstenções:** 17 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à discussão o Ponto 2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano 2010. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Luís Miguel Mendes Ramalho** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.11**. -----

O Senhor **Deputado do grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.12**. –

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc. 13**. –

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira**, começou dizer que o Orçamento e o Plano é um tema muito interessante, pois é uma ferramenta fundamental de gestão. -----

Não se pode gerir um Município, uma empresa, sem se saber o que se quer fazer, para onde se quer caminhar; sem avaliar bem os meios e a forma como os vão usar. -----

Teve a oportunidade de questionar a Vereação, recentemente, na reunião de Líderes. No Orçamento há dois vectores bem visíveis em termos de investimento e de receitas. -----

Por um lado investimento em instalações escolares do ensino básico, e por outro lado zonas industriais, nomeadamente as zonas de Campo e Alfena, como locais de investimento e de receita. -----

Disse de seguida que se há coisa mais errada hoje em dia, na economia global em que vivemos, é “apostar em indústria com gente que só tem o ensino básico”. A indústria só é viável nos países ocidentais, com economias desenvolvidas, quando gera valor, quando tem valor acrescentado, quando tem incorporado muita massa cinzenta, muita criatividade, e isso só se consegue com gente formada com algo mais do que o ensino básico. -----

Não entende como num Concelho como Valongo, que está a meia dúzia de quilómetros de uma cidade que tem a maior Universidade do País, e a mais produtiva cientificamente, continua a estar perfeitamente alheio à constituição de uma ponte, de um contacto, com essa Universidade de forma a tentar canalizar para cá instituições, que realmente engrandecem o valor que é

produzido. -----  
Considera vital, e mesmo fundamental, inventariar o que são, para onde querem ir, e tentar trazer para o concelho o máximo de massa cinzenta que promova, e exponencie os activos. Todos gostam de saber que Valongo têm um bom activo humano. Têm uma excelente situação para implantação de indústria, em termos de espaço existente mas falta todo o resto. -----  
Disse de seguida que a Câmara não se deve esquecer que, hoje em dia, a luta pela captação de investimentos é uma luta cerrada, tão cerrada como a conquista de mercado pelas empresas, e não vê isso transcrito no Plano, nada que seja particularmente atractivo à fixação de grandes investimentos industriais, mormente quando deparam com a actividade de alguns concelhos vizinhos. -----  
Terminou, fazendo um apelo para que, de futuro, fosse dada mais atenção a toda a estrutura de criação de valor, que fica entre a formação básica e a produção de produto. -----  
O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como **Doc.14**. -----  
O Senhor **Deputado do grupo Municipal do PSD Daniel Filipe Alves Felgueiras** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.15**. -----  
O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau**, começou por dizer que o Orçamento envolve questões políticas de opção, e que neste domínio devem ser os Partidos a fazer tal discussão. -----  
No que diz respeito a Alfena, e seguramente os outros Presidentes de Junta pensaram o mesmo, é muito pouco, mas seria sempre muito pouco. -----  
Disse de seguida que a situação do País, a situação do Concelho, a situação de todos os Concelhos, não dá para muito mais. Desejam mais, querem mais, merecem mais. Acha que Alfena foi esquecida durante muito tempo, não sendo, seguramente, atendida com o cuidado que aquela população merece. -----  
Disse, ainda, que o bom senso diz: "Tem que se olhar para o presente, acreditar no futuro e lutar por ele". Os Alfenenses têm bom senso, a Junta de Freguesia também tem porque sabe que as dificuldades são muitas, mas acima de tudo acredita na boa fé e no carácter das pessoas que fizeram o Orçamento, com quem a Junta de Freguesia teve oportunidade de falar. -----  
O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves**, começou por dizer que o Grupo Municipal Coragem de Mudar vai votar contra o Orçamento. -----  
Disse de seguida que não fazem juízos morais, juízos de pessoas; analisam factos e fazem juízos de valores sobre esses factos portanto, não são as pessoas que estão em causa, é um Orçamento. -----  
Durante a discussão na Câmara foram apontados verbalmente e na Declaração de Voto dos Vereadores da Coragem de Mudar, limitações

graves no Orçamento que resume assim: -----  
“Falta de um eixo estratégico de desenvolvimento para o Concelho; -----  
Orçamento realizado a partir da despesa prevista e não como devia, a partir  
das receitas reais; -----  
Inflação artificial da receita para adequar à despesa prevista; -----  
Inflação artificial da receita em que, especialmente, são incluídas a venda,  
altamente duvidosa, (dados os antecedentes), de bens de investimento, e a  
posição de transferência do Estado, de transferências do Estado  
absolutamente não garantido; -----  
Para além das limitações referidas gostavam de referir especialmente um  
ponto: -----  
Na prestação de Contas de 2007, há um *quadro 41* que indica as receitas de  
vários anos, as receitas correntes e de capital, como: -----  
Em 2004 a receita foi de 32 milhões 261 mil; -----  
Em 2005 a receita foi de 35 milhões 551 mil; -----  
Em 2006 a receita foi de 37 milhões 430 mil; -----  
Em 2007 a receita foi de 36 milhões 379 mil; -----  
Em 2008 existe uma curiosidade, começa por falar na previsão corrigida da  
receita, que são: 68 milhões 556 mil, e depois dá a receita real que foram: 34  
milhões e 400 mil. -----  
Ainda não há prestação de Contas de 2009, e lembrou que o art.º 49 da Lei  
169/99, diz que a 2ª e a 5ª sessões destinam-se à apreciação do inventário  
de todos os bens, e dos documentos de prestação de contas, bem como à  
aprovação do Plano e Orçamento, e saber o estado das contas da Câmara  
era muito importante para uma avaliação mais correcta do Orçamento. -----  
Gostaria que a Câmara informasse quando prevê submeter à Assembleia a  
Prestação de Contas de 2009. -----  
Quanto ao Orçamento apresentado: -----  
Na *página 12* há um quadro, um mapa de resumo de receitas e de despesas.  
As receitas previstas são: 89 milhões e 210 mil, ou seja receitas correntes e  
de capital. -----  
São 32M em 2004, 35M em 2005, 37M em 2006, 26M em 2007, 34M em  
2008, o que dá uma média de 35 milhões e, num ano de crise, em que toda a  
gente percebe que a receita vai baixar, a proposta é de 89 milhões. -----  
A única explicação que aliás, já foi dada pelos Vereadores na Câmara, da  
Coragem de Mudar, é que “o Orçamento foi feito do ponto de vista da  
despesa e não da receita, isto é a Câmara fez as contas à despesa que devia  
ter, e as contas totais deram 89 milhões”. -----  
Portanto, junta-se tudo no mesmo saco, juntam-se receitas reais com receitas  
fictícias, e chega-se ao resultado que se quer. -----  
Se é um Orçamento previsional estão a falar de receitas previsíveis (vão  
acontecer), e as receitas produzidas não são todas iguais, não entram todas  
no mesmo saco. -----  
Na *página 13* do Orçamento, que discrimina as receitas: impostos directos,

impostos indirectos, taxas, multas, rendimentos de propriedade, transferências correntes da Administração Central com coisas que estão mais ou menos acertadas, a venda de bens e serviços correntes, como os serviços das Águas, relativamente a estas receitas a previsibilidade delas está perto dos 100%. -----

As chamadas receitas de capital: venda de bens e investimentos, terrenos, edifícios, o celebre edifício que anda há vários anos para ser vendido, entra sempre no orçamento e nunca é vendido, as transferências de capital que estão à espera dos projectos que o Município vai contratualizar com o Estado, este tipo de receitas dependem muito pouco da Autarquia, dependem do Estado quanto às transferências, e a venda de bens acontece se houver venda, a previsibilidade deste tipo de receitas aproxima-se do zero, dos 10%, ou dos 15%. -----

Assim, metendo no mesmo saco receitas que são de previsibilidade de 100% com as que são de previsibilidade zero, dá possibilidade de todas as falcaturas, todas as aldrabices, ao nível do Orçamento. -----

Disse de seguida que acham que o Orçamento pode ser feito de outra maneira. Do ponto de vista da receita que é previsível, no sentido da previsibilidade próximo dos 100%, e tudo o que vier depois pode ser sempre feito através de Orçamento Rectificativo. -----

Pelas razões apresentadas entendem que o Orçamento não deveria passar na Assembleia, mas já perceberam por todas as declarações que foram feitas que o Orçamento vai passar, porque toda a gente ou vai votar a favor ou abster-se, toda agente menos a Coragem de Mudar. -----

Disse, ainda, que o Orçamento informa mal as pessoas, informa mal as entidades públicas, através da distorção das realidades, porque não usa de prudência na maneira como realiza as suas contas, o Orçamento viola o chamado princípio de equilíbrio de prudência da Lei das Finanças Locais, e o princípio da transferência Orçamental do POCAL. -----

Entendem que o Orçamento presta um mau serviço aos Munícipes do Concelho, e, ironicamente, presta um mau serviço aos seus defensores, ou seja aqueles que votaram a favor da sua aprovação, pois acreditam que brevemente o Orçamento, se for aprovado, virá ao de cima a sua total inexecuibilidade, porque a receita prevista necessária para o seu grau de execução não tem maneira de ser alcançada. -----

Relativamente ao apoio que o PS na Câmara, e na Assembleia, deu na aprovação da proposta. O PS não votou a favor, absteve-se, mas toda a gente percebe, porque há votações em que a abstenção funciona como abstenção, noutras situações funciona como um voto a favor. -----

No último mandato quando o PS se absteve, a abstenção fazia sentido, porque não podia inflectir coisa nenhuma, a Câmara tinha maioria absoluta. Porém, a situação actual é totalmente diferente. -----

Realçou que tanto na Declaração de Voto dos Vereadores na Câmara, como na Declaração do Deputado José Manuel Ribeiro, o PS fez um diagnóstico

perfeito. Não se pode dizer que o PS não percebeu; percebeu perfeitamente a situação. -----

Na Declaração de Voto dos Vereadores do PS, que diz que se abstêm, invocam dois fundamentos: -----

1- Abstêm-se por se tratar do primeiro ano de mandato de um novo Executivo, com uma nova composição; -----

2- Abstêm-se para permitir que a Câmara honre os compromissos assumidos com os fornecedores, da execução de programas assumidos em parceria com a Administração Central, nomeadamente com respeito ao parque escolar. -----

O Deputado José Manuel Ribeiro disse ser por uma questão de responsabilidade, que não queriam inviabilizar o funcionamento da Câmara.

Em relação ao primeiro fundamento invocado, a ideia que se dá de um novo Executivo ele é parcialmente inverdadeiro; não há um novo Executivo, há um Executivo renovado onde se mantém o mesmo Presidente. -----

E mesmo que fosse o mesmo Executivo, parece que o argumento está posto ao contrário; se é um novo Executivo é altura para lhe exigir que comece a funcionar bem e a fazer Orçamentos como deve ser. -----

Quanto ao segundo fundamento, abstêm-se para viabilizar o pagamento aos fornecedores. E perguntou: -Se o Orçamento fosse chumbado a Câmara fechava? Deixava de pagar aos fornecedores? Deixava de pagar aos funcionários? É um argumento que não convence ninguém. -----

Outra realidade é que, não é crime fazer coligações, antes pelo contrário, é perfeitamente legal; só que, manda a lealdade de procedimentos e a transparência política, que sejam assumidas à luz do dia, e assim todos ficam a saber quem governa a Câmara, e quem futuramente poderá ser responsabilizado pela sua previsível gestão gravosa. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças**, começou por dizer que se fossem a levar a sério as palavras, e as opiniões que foram ditas – quase - por todos os intervenientes, chegava-se à conclusão que os eleitores de Valongo, desde 1993, têm andado cegos, distraídos, e não sabem aquilo que andam a fazer quando chegam junto das urnas. -----

Disse de seguida, que existe oposição responsável e oposição irresponsável. Todos têm consciência da crise que se vive no País, e que se sente a nível do Governo Central. Tal crise, quer queiram quer não, tem reflexos, extremamente graves, nas Autarquias e, quando se quer passar ao lado disso é um erro de análise tremendo por quem tem a obrigação de manifestar publicamente a sua opinião, relativamente àquilo que se vive no momento. ---

Do que ouviu, as intervenções que considera de alguma irresponsabilidade partem daqueles Elementos que sabem que nunca terão oportunidade de por em prática aquilo que aqui defendem. -----

Disse, ainda, que “é muito simples defenderem-se caminhos completamente opostos aos que são apontados nesta discussão, por saberem bem que

nunca serão confrontados com a obrigação de pôr em prática aquilo que aqui e agora defendem”. -----

Não concorda com a última intervenção, nomeadamente quando tentam dar uma lição de moral ao representante do Grupo do PS para mudar a sua opção de voto. Considera uma irresponsabilidade, e uma falta de bom senso em relação à crise que se vive no momento e também em Valongo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado da CDU, que falou nas grandes participações do Estado a nível da construção das escolas, informou que o Estado na construção das escolas apenas chegou aos 50% do Investimento a fazer, mesmo com o aumento dos 70% para os 80%, deliberado pelo Governo. -----

Assim, foram construídas oito novas escolas, e recuperadas as dezassete escolas restantes, todas à custa da Câmara. -----

Disse de seguida que o Ministério da Ciência e Tecnologia há alguns anos atrás, quis instalar em Valongo, com o apoio da Escola Superior dos Hoteleiros e do Secretário de Estado, uma Escola Superior de Hotelaria. Depois o Ministro da Ciência e Tecnologia entendeu que não, porque não iriam ser construídas mais escolas no Concelho. -----

Estava tudo programado, a CMV até já tinha terreno. Era uma forma de termos trazido Ensino Superior para Valongo mas não se pôde. -----

Relativamente ao Deputado José Manuel Ribeiro, a Câmara tem recebido grandes elogios das instituições ambientalistas; todos os anos tem recebido prémios no Ambiente. No ano passado Valongo foi mesmo a única Autarquia que recebeu, sendo a Câmara mais premiada do País, sobretudo no ambiente. E agora também na qualidade administrativa. -----

Quanto à questão do ambiente informou que até receberam uma comunicação a pedir para sensibilizarem as Câmaras à volta, nomeadamente a de Gondomar, Paredes e Penafiel para esta questão, tendo em consideração os processos que a Câmara de Valongo já desencadeou, e está a desenvolver. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar**, começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado Eliseu Lopes, do BE, gostou de ouvir o seu discurso da unidade, embora o achasse sectário. Em seu entender “tenta fazer um discurso de unidade mas depois, muito na linha do que é a actuação do BE, a demagogia impera”. -----

Interrogou-se porque apelou o Deputado Eliseu Lopes a um exemplo de cidadania este ano e dizer que no próximo ano já vêm com propostas! Perguntou: Porque não vieram este ano? -----

Tem pena que não tenha aqui reconhecido, (uma vez que noutra espaço já o fez) que teve oportunidade, nos termos do direito de oposição em que existem direitos e deveres e, portanto, se o BE tinha propostas que gostava de ver vertidas no Orçamento devia tê-lo dito. Nesta discussão teve oportunidade para o fazer e perdeu-a. -----

Relativamente à intervenção do Deputado José Bandeira em nome da Coragem de Mudar, considerou que a estratégia, quando se fala na questão da indústria não se deve interpretar indústria no sentido restrito. Aliás hoje em dia e cada vez mais, substitui-se a designação de zonas industriais por zonas empresariais. -----

Quanto aos factores de atractividade, e no que diz respeito a unidades logísticas - que não são industrias mas unidades empresariais - Valongo têm factores de atractividade que se distinguem, e que até serão complementados, como a A41 que é uma questão absolutamente fulcral para o desenvolvimento do concelho de Valongo, no que diz respeito às acessibilidades, e comparativamente com os outros Municípios da Área Metropolitana. -----

Estamos certos que durante este e o próximo ano, convergirão um conjunto de factores que exponenciarão a atractividade enquanto Concelho para que possa acolher interessantes investimentos empresariais. -----

Reafirmou que a CMV vai dinamizar-se internamente no que diz respeito à disponibilidade dos serviços, a trabalharem em conjunto com os empreendedores, contribuindo para que todos os processos possam ser céleres, já que hoje em dia este é um argumento essencial. -----

Relativamente ao Departamento do Urbanismo pretende-se implementar estruturas técnico-administrativas fiáveis tais como, ter uma via verde para o empreendedor. A atribuição de uma prioridade credível e sustentada, tem tudo para ser um factor de atractividade de grandes investimentos. -----

Acentuou de novo que, quanto à questão das acessibilidades, a CMV têm factores que lhe permitirão diferenciar, pela positiva, no âmbito Metropolitano, existindo mesmo sinais já muito concretos. -----

De seguida e sobre uma questão, que entende ser estratégica para o Concelho, tem a ver com o binómio Ambiente e Turismo, definindo como uma área muito importante onde se deve investir. -----

Quanto à questão da classificação de Santa Justa e Pias, já tiveram contactos com as Câmaras Municipais de Gondomar e Paredes, que considerou muito positivos, porque manifestaram um interesse claro e declarado, de trabalharem em conjunto, alargando a Castiçais, Flores, tornando assim possível um plano de maior abrangência. -----

A questão do argumento político foi muito importante, já que funcionou como um dinamizador para colocar alguma pressão política sobretudo nos dois Concelhos, que são muito importantes para o argumento do espaço geográfico. Neste momento pode-se considerar como adquirido que os dois Municípios se posicionam com uma vontade clara e inegável de aderirem. ----

Quanto à questão de usarem o PDM como regulamento, foi dito na discussão que promoveram sobre a classificação que as duas acções seguintes seriam: a criação de regulamento e de um plano de acção. -----

Para finalizar afirmou que este é o caminho a seguir, pois todos quiseram aproveitar o período de discussão para recolher informação, nomeadamente

de todas as entidades que intervêm na Serra, para poderem alimentar o grupo de trabalho que irá promover a proposta, quer do regulamento, quer do plano de acção. -----

O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares**, começou por dizer que todos compreenderão que na actual conjuntura económica e social em que está o mundo e em que está o País, nas dificuldades que o Governo Central tem, quer nos Orçamentos quer no controlo de Défice, que muitas outras entidades têm, a CMV não seria necessariamente uma excepção. -----

Portanto, é inegável que se sentem dificuldades em poder proporcionar aos munícipes tudo aquilo que gostaríamos mesmo no actual contexto económico e social. Por isso não foi fácil chegar ao documento final. -----

Disse que foi um documento participado. Considera que a Câmara Municipal ainda é uma estrutura pesada e até um pouco rígida, mas tudo será feito para torná-la mais flexível e acima de tudo rentabilizar os seus recursos. -----

Acrescentou que a intenção que está expressa no Orçamento, é começar pela valorização e reorganização dos recursos humanos existentes no seu actual quadro de pessoal. -----

Disse de seguida que querem continuar a apostar na juventude. Não há ausência de estratégia porque se mantém rejuvenescida a que foi iniciada pelo Senhor Presidente da Câmara no anterior mandato. -----

Afirmou que existe uma aposta na formação de base, na renovação quase integral do parque escolar, e quando se fala que se devia apostar em mais valor acrescentado mais massa cinzenta estamos efectivamente a criar mais condições de base. Há uma valorização nítida no terreno através de uma aposta clara no âmbito da juventude, quer no aspecto escolar quer no aspecto desportivo. -----

Disse que o Complexo Desportivo da Outrela vai ser uma realidade ainda este ano. A dotação no ano passado foi de 600 mil e este ano já tem 1 milhão e 800 mil. Tem um reforço de verba e uma parte da que estava no ano passado. -----

Reafirmou que se há uma aposta nítida na juventude, não deixa de haver uma aposta firme na rede viária, pois Valongo tem grandes potencialidades, tem vias estruturantes e artérias principais que o tornam único. -----

Disse ainda que na CMV pretendem, com a rede viária interna complementar, potencializar o conjunto de artérias, porque facilitarão o surgimento dos parques empresariais e pensa que, estas estruturas darão a sustentabilidade que precisam. Será estimulada a verdadeira criação de riqueza que proporcionará milhares de postos de trabalho, para desenvolver o comércio, e dinamizar a habitação no concelho como um todo. -----

Quanto ao aspecto social continua a ser uma preocupação neste mandato. ---

Na sua perspectiva este, apesar de ser um Orçamento que não ilude as dificuldades, e por isso vai ser acompanhado no dia-a-dia, é também um Orçamento com uma estratégia e com um futuro, porque traduz uma aposta na juventude e uma aposta na sustentabilidade económica do Concelho. ----



A actual equipa da CMV pensa, segundo disse, ser este o documento possível, um documento elaborado não só pelos políticos, pois teve uma forte participação de todos os técnicos e de todos os demais trabalhadores com responsabilidade, havendo por isso uma co-responsabilização e uma sensibilidade especial para este Orçamento e para este PPI que contam executar ao longo do ano 2010. -----

O Senhor **Primeiro Secretário da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa** colocou à votação a continuação da reunião da Assembleia Municipal, sendo aprovado por maioria a sua continuação com 31 votos a favor e 1 voto contra do Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos. -----

No final da votação ausentou-se da sala o Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos. -----

A Senhora **Vereadora Maria da Trindade Morgado do Vale**, disse que relativamente à Acção Social se está a trabalhar, como sempre se trabalhou, nesta interessante área de intervenção. -----

Informou que existe um gabinete, em cada empreendimento social, composto por uma equipa multi-disciplinar, com uma Psicóloga, uma Assistente Social, e uma Educadora Social. -----

Acrescentou que quanto à Educadora Social está permanentemente nos empreendimentos sociais da habitação social da Câmara de Valongo; em todos os empreendimentos existe uma educadora social a trabalhar com os meninos, das famílias que habitam os empreendimentos. -----

Disse de seguida que estão a criar o atendimento integrado em todas as freguesias garantindo que vai ser uma realidade a existência de tais postos onde todas as famílias carenciadas do concelho se podem dirigir. -----

A terminar disse que existe na Câmara, em parceria com algumas instituições do Concelho, projectos em que a Câmara não é gestora mas sim promotora dos mesmos, que constituem o Contrato Local de Desenvolvimento Social, que está implementado nas freguesias. Para além destes existe o PRIVAL, um projecto mais recente ligado à toxicod dependência e que está a trabalhar com as escolas. -----

Destacou das medidas que estão a ser implementadas e que estão a dar bons resultados no Concelho, a alimentação às pessoas carenciadas e na cobertura a 100% dos meninos nas escolas. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE Eliseu Filipe Pinto Lopes**, começou por dizer que relativamente às acusações de sectarismo, demagogia, de desonestidade, nas reuniões efectuadas, foram apresentadas propostas, mas que o BE começa a ficar um pouco cansado, de ano após ano, mandato após mandato, estar sempre a tomar posição, reforçando as propostas e recomendações e tudo o que tem apresentado nunca tem acolhimento. -----

Disse que não concorda com o que foi feito na componente da Acção Social que está no orçamento, pois o BE têm uma recomendação para a criação do

Gabinete de Combate e de Resposta à Crise Social, mas essa recomendação nunca chegou a ser acolhida na Câmara. -----

Disse de seguida que o que aconteceu foi, sob a nomenclatura de Fundo de Emergência Municipal, açambarcar todas as actividades que existem na Acção Social e incluí-las nessa nomenclatura, mas aquilo não muda absolutamente nada. Daí que as críticas que fazem sobre a Acção Social continuam válidas. -----

No seu entendimento e para finalizar disse que são actividades avulsas que não têm uma estratégia definida, e muito o espanta os montantes que foram atribuídos à Acção Social, pois 1 milhão e 800 mil euros estão inscritos para iluminação pública, no Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, e dar apenas 359 mil euros à Acção Social, considera ofensivo. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro**, começou por dizer que relativamente à Escola de Hotelaria, que foi prometida, já há uns anos, essa responsabilidade atravessou diversos Governos do PS e do PSD, e perante as palavras do Senhor Presidente da Câmara está convencido que a Escola de Hotelaria nunca mais vem. -----

De seguida chamou à atenção para as promessas que influem nos discursos dos dirigentes políticos locais. Lembrou que o Senhor Presidente, na inauguração da Via Distribuidora de Campo, anunciou ter sido informado que estava prometido para a zona da Via Distribuidora, um investimento que ia desenvolver 400 postos de trabalho; considerou esta uma proposta tentadora, e a propósito supõe que a Junta de Freguesia de Campo terá vendido um terreno que não será dela, mas cabe ao Tribunal provar isso. Alertou que é preciso cuidado com as promessas. -----

Pronunciou-se sobre a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, considerando-a intervenção técnica de grande nível, só que depois na decisão, no seu voto, quando compete à Assembleia Municipal a sua fiscalização, que é o seu papel político, delega noutros essa função dizendo, abstemo-nos. -----

Já sobre a intervenção do Deputado Albino Poças afirmou que a mesma incomoda o PS e terá que incomodar pois ele sentir-se-ia também um pouco incomodado. -----

Para terminar dirigiu-se ao Deputado Albino Poças: - Será que o povo de Valongo anda com os olhos fechados, desde 1993? Se alguém disse que o povo de Valongo andou com os olhos fechados é injusto, porque é um povo culto e é um povo que sabe, mas tendo em conta e dando força a quem fez a expressão de que o povo de Valongo anda com os olhos fechados, a ele parece-lhe que eles estão agora a abrir os olhos. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha**, disse que relativamente ao protocolo para a criação da escola de Hotelaria, que chegou a ser assinado, em função das estatísticas de estudantes para chegar ao Ensino Superior, o Ministério decidiu não permitir, a nível nacional, a criação de mais escolas. -----

Portanto, não deixou abrir a Escola de Hotelaria, apesar da Senhora Ministra Graça Carvalho ter autorizado essa Escola. -----

Disse, ainda, que neste momento a política do Governo, consubstanciada de uma nova Lei, não só não permite a abertura de novas instalações de Ensino Superior, como vai haver a racionalização da rede. Há edifícios que estão a ficar vazios, cursos que estão a ficar sem o número mínimo de alunos para funcionar. -----

Acrescentou que vai haver uma racionalização da rede, que é feita voluntariamente pelas próprias instituições, ou pelo Governo, à semelhança do que está a fazer com as maternidades, que vai fechar escolas. -----

Terminou dizendo que o Ensino Superior seria óptimo, pois é um motor de desenvolvimento dos Municípios. Todos os municípios o querem, só que não há mais Ensino Superior em mais lado nenhum. O que está mantém-se. Se tiver procura conserva-se, mas se começar a diminuir, cursos com menos 20 alunos vão fechar. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que a intervenção que ia fazer só a ele o responsabilizava, apesar as suas funções como porta-voz do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida lembrou que há quatro anos o PS viabilizou o primeiro Orçamento com uma abstenção, depois de o ter chumbado. -----

Disse que quanto a falar em posições, por vezes fica espantado com as votações da CDU no que diz respeito aos Serviços Municipalizados, para não falar do esquecimento da promessa da força independente, que até foi ao notário dizer que acabava com a taxa das rampas, mas quando foi a hora de votar votou contra. -----

Sobre o PS sabem o que estão a fazer, são um Partido Político há 30 e tal anos, são sérios; já governaram a Câmara, têm discordâncias no combate político, e por vezes até assumem divergências. -----

Lembrou que já combateu o Senhor Presidente da Câmara, já foi a votos contra o Senhor Presidente da Câmara, sabendo que ia perder, mas foi a votos. -----

Disse de seguida que o PS bate - se por um projecto diferente, tem uma visão diferente para o Concelho, já a apresentaram, estão convencidos que fazem melhor e convencidos que actualmente não há estratégia. -----

Segundo disse a estratégia é uma coisa muito simples: Saber onde queremos estar num espaço temporal, e a Câmara ainda não conseguiu provar onde quer estar. Vai estando, mas nunca disse onde é que queria estar, nunca se discutiu estrategicamente o Concelho, ao fim de 17 anos valoriza-se a serra. -----

Segundo afirmou “ a primeira vez que alguém trouxe uma coisa estruturada para intervir na parte da riqueza natural foi o PS, e a Câmara pegou em algumas ideias, e bem, porque é assim que se constrói o desenvolvimento”. E acrescentou “O PSD não tem o exclusivo das boas ideias, as boas ideias

existem na cabeça das pessoas e dentro dos organismos e das organizações”. -----

Disse, ainda, que PS não está disponível para ter pelouros, nem para ter delegações de competências. É bom que digam isso de outras forças representadas. No PS não andam atrás, com as votações, de pelouros e delegações de competências, e é isso que está em causa. -----

Confia que o PS um dia governará a Câmara, e depois serão objecto de fiscalização, e não vão renegar o passado, mas com todo o respeito pelos colegas do BE e da CDU, não fazem como o Bloco “não ficamos só com o bom da História do Comunismo” pois este também tem uma parte negativa e esta, atiram-na para cima da CDU. -----

Terminou dizendo que já conhecem todas as posições. Têm orgulho das suas posições todas; não há partidos, nem organizações, nem grupos que estejam isentos de culpas, ninguém está isento de culpas. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Albino da Silva Martins Poças**, disse que relativamente à intervenção do Deputado Adriano, ele nunca teve problemas nenhuns nem ali, nem lá fora, de criticar ou elogiar quando a sua ideia, o seu pensamento o leva a dizer sim ou não. -----

Se calhar errou na sua intervenção anterior quando disse que algumas intervenções, depois de expurgadas algumas situações políticas, serviam para dar um voto de incompetência, ou de cegueira à grande parte dos eleitores de Valongo, se calhar deveria ter dito que alguns dos Senhores intervenientes, passam na rua a olhar em sentido contrário e não são capazes de descortinar a obra imensa que foi feita pela Câmara. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Filipe Pinto Bandeira**, disse que mais Universidades não, as que têm chegam e sobram. Prometeu enviar a todos, por e-mail, a realidade da Universidade de Aveiro, dos pólos que tem, e dos acordos que tem com todos os Municípios circundantes, e da realidade que o Professor Manuel Duarte, com Pólos direccionados e dimensionados para cada Município. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o Ponto 2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano 2010, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

- Votos a Favor: 13 votos a favor, sendo: 10 votos a favor do Grupo Municipal do PSD, 2 votos a favor do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

- **Votos Contra:** 8 votos contra, sendo: 6 votos contra do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 1 voto contra do grupo Municipal do BE e 1 voto contra do grupo Municipal da CDU. -----

- **Abstenções:** 10 do Grupo Municipal do PS. -----

Seguidamente colocou à discussão o Ponto 2.3 Mapa de Pessoal, para o ano 2010, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria, com: -----

- **Votos a Favor:** 14 votos a favor, sendo 10 votos a favor do grupo Municipal

do PSD, 2 votos a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU e 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

- **Abstenções:** 17 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou de seguida à discussão o Ponto 2.4 Contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de €750.000,00, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria, com: -----

- **Votos a Favor:** 14 votos a favor, sendo 10 votos a favor do grupo Municipal do PSD, 2 votos a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU e 1 voto a favor do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

- **Abstenções:** 17 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PS, 6 abstenções do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida o **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à apreciação o Ponto 3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 sendo aprovado por unanimidade, dando por encerrada a sessão. -- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_